

Ata da Assembleia Geral Ordinária- Dia: 7 de abril de 2016 Início: 8h35 em segunda chamada.
Local: **SEPACOM – Casa de Participação Comunitária, sita à Av. Rei Alberto I, nº119 – Ponta da Praia – Santos – SP.**

PARTICIPANTES: Verificação conforme lista de presença anexa.

Iniciada a reunião o Presidente Carlos Mota cumprimenta aos presentes e coloca em pauta o **Item 1 – Apreciação e deliberação das Atas das Assembleias Gerais Ordinária (AGO) e Extraordinária (AGE) de março.** A ata da Ago de 3 de março foi aprovada com as correções apontadas e as Atas das AGE de 15 e 30 de março aprovadas sem emendas. **Item 2 – Apresentação do Projeto Justiça Restaurativa** – A Secretária de Educação, Sra. Venuzia Fernandes agradece ao convite e demonstra sua satisfação por falar sobre a Justiça Restaurativa, programa interinstitucional e enfatiza que Santos além de Cidade Educadora é também uma cidade Restaurativa. Fala que os problemas de convivência são comuns e que se fosse fácil não seria um dos pilares da educação o “Aprender a Conviver”. Procuram investir numa cultura de paz. O princípio da Justiça Restaurativa não é só para a escola, é para qualquer lugar de convivência social. É na família, no trânsito, no CMDCA, nos demais conselhos. A Sra. Liliane Rezende, Coordenadora da Justiça Restaurativa na SEDUC fala que só a Educação não tem o poder de transformar e que há necessidade de um tempo interno das pessoas para que a transformação aconteça. Faz a apresentação, a qual faz parte como Anexo desta ata. O programa tem um prazo de 24 meses e encerra em agosto de 2016. Começou com 9 escolas com um público de 7643 alunos e no período 2015-2016 conta com 19 escolas em formação com público-alvo de 12380 alunos. Em um ano e meio 28 escolas foram envolvidas no projeto. 81 facilidades se formaram em outubro de 2015 Em agosto 180 facilitadores e 36 multiplicadores se formarão . A UNISANTOS- Universidade Católica de Santos, parceira do projeto, está representada pela Dra. Lígia Maria Castelo Branco Fonseca, presente nesta AGO. A Sra. Venuzia complementa que o projeto já é uma referência internacional pois o professor João Salm, um dos palestrantes no Seminário Internacional da Justiça Restaurativa disse que ficou encantado com os resultados e que cita em suas palestras o projeto de Santos como exemplo. Sra Liliane apresenta quadro demonstrativo dos círculos restaurativos realizados. Tem um profissional trabalhando no Núcleo de Educação para Paz, que é o professor Jardim Batalha. A Sra. Debora Marreiro , do Programa Escola Total fala que a equipe de multiplicadores fizeram 13 círculos restaurativos concomitantes e tem observado retorno no dia a dia. Tem 400 educadores que foram divididos nesses círculos e a relação tem se aprimorado em função desse exercício diário. A Sra. Selma Lara, cita Jacques-Marie Émile Lacan mentor da psicanálise “ Você pode saber o que disse, mas nunca o que outro escutou”. Assim, reforça que este exercício, que parece tão simples, previne muitos conflitos. A Sra. Estela M. Q. Prado, psicóloga, Chefe do NAI- Núcleo de Atendimento Integrado fala dos círculos para resolução de conflitos. Tem a etapa preparatória que são os pré círculos. A grande demanda é da Rede Estadual que não está envolvida no projeto mas que está se fazendo uma sensibilização pela adesão à prática. São três momentos: pré círculo, círculo e pós círculo. Na etapa pós círculos se analisa as propostas para superação e responsabilização do ato (agressor). A maioria da equipe do NAI já passou pela formação e usam a metodologia nos grupos como exemplo “passar o bastão” para praticar a escuta. A demanda maior é com escolas da Rede Estadual. Houve reunião com os diretores em formato de círculo e haverá um espaço para isto, de acordo com a Diretoria Regional de Ensino, agendado para maio, com professores e mediadores. Liliane complementa que a SESEG tem feito um trabalho de convivência e com a Defensoria Pública. Liliane cita os avanços do Seminário Internacional da Justiça Restaurativa, ocorrido nos dia 20 e 21/08/2015, o qual gerou como documento a “Carta de Santos”. Dra. Adriana Jandeli, representante da Associação Leda informa que já existe a Carta de Santos de 2006 e que esta seria a Carta de Santos II. Liliane continua informando que as notícias do projeto estão sendo veiculadas no site do Conselho Nacional de Justiça. Informa sobre a implantação do Núcleo de Educação pela Paz que será alocado no prédio sede da SEDUC (antigo prédio da CPFL -Cia. Piratinga de Força e Luz), adquirido pelo município e aguarda liberação de verba do BNDES para finalizar a readequação do imóvel. Esse espaço do núcleo poderá ser utilizado por todos para a realização de círculos restaurativos. O Sr. Wellington Araújo, Coordenador de Políticas para Infância e Juventude, da SECID informa que em 2015 a secretaria contou com 3

facilitadores e em 2016 com 11. Desde 2015 conta com 4 multiplicadores. A Coordenadoria tem sido procurada por várias instituições dado ao histórico que tem com juventude e vem realizando várias ações. Em março realizaram um projeto chamado “Cultura de Convivência” juntamente com a equipe pedagógica do CAMPS- Centro de Aprendizagem e mobilização Profissional e Social. Trabalharam com 210 jovens que estão iniciando. Dias 14, 21 e 28 de março realizaram em período integral círculos com esses jovens. Cada círculo é diferenciado e se trabalha respeito, oportunidade de fala, acolhimento aos aspectos emocionais. Os funcionários do CAMPS não participaram para que os adolescentes tivessem espaço para expor suas angústias, seus problemas e ter confiança nesse trabalho. Finaliza dizendo que antes se dizia que “O jovem é o futuro”. Contrapõe que atualmente o entendimento é outro: “o jovem é o presente porque é hoje que ele tem suas necessidades e desejos. É hoje que ele quer ser protagonista na história”. Dra. Adriana Jandeli relembra que esse processo surgiu do CMDCA e por meio de uma ação civil pública. O que interessa é saber o que foi planejado e o que foi aplicado e demonstra sua satisfação com a apresentação feita pelos gestores. O que se tinha anteriormente era um arremedo de Justiça Restaurativa e hoje se tem um programa implantado. O número de alunos participantes é expressivo e 81 facilitadores é muito bom. Contudo, questiona se esses facilitadores e multiplicadores são da Rede, pois é necessário trabalhar na ampliação do projeto e com quantos se poderá contar para efetivação da política. Ou seja, quantos são estatutários? Expõe sua preocupação nesse sentido, para que não haja problemas de continuidade do projeto. A Secretária Venuzia informa que a SEDUC estabeleceu como critério que deveriam ser funcionários de carreira e contando com 5 anos distantes da aposentadoria. Adriana observa que parece que alguns não são de carreira e pede que se contabilize quantos de fato vão permanecer e informe este Conselho. A Dra. Lígia, representante da UNISANTOS informa que o papel da universidade é na produção de conhecimento. A Sra. Adriana, do Núcleo de Pesquisa de Direitos Humanos da Unisantos informa que o projeto de pesquisa começou em março de 2015 e finaliza em julho de 2016. Aponta que levantou bibliografia no Brasil e que existem outros lugares em parcerias com universidades para as entrevistas com sujeitos. A Justiça Restaurativa é necessária para o Brasil. A Dra. Lígia complementa que não é mais funcionária da UNISANTOS mas contribui voluntariamente nessa pesquisa. A Sra. Flávia Lima, psicóloga especializada em família traz a preocupação da importância da família em qualquer tipo de círculo e questiona qual reflexão é feita sobre a matéria. A Sra. Venuzia fala sobre a coordenação de pais em 7 escolas onde a família vem para a escola e tem buscado soluções acerca da evasão escolar. Como o pai mora na comunidade estão tendo resultados incríveis. Daniel Gomes, funcionário da SEDUC e membro do Grupo de Articulação e Fortalecimento dos Conselhos de Escola informa que a partir do dia 26 de abril quando se dará posse aos membros dos Conselhos de Escola, haverá reunião com Mônica Mumme para envolver a família. **Ítem 3 - Relatos da Comissão Infante-Juvenil:** A adolescente Mylena Portela, informa que foi convidada para participar da Conferência em Brasília mas desistiu face período de provas na faculdade. A mesma completará 18 anos em maio e se desligará da Comissão. Lamenta que a Comissão tinha muitos representantes e que infelizmente só ela permaneceu. Agradece ao CMDCA pelos caminhos abertos na sua vida após sua integração na Comissão Infante Juvenil. O jovem Paulo Henrike dos Santos agradece a Sra. Flávia Lima e Marly Carvalho pelos ensinamentos dados durante esse período. Marly Carvalho S. Santos, representante da ONG Concidadania lembra que tem uma pauta pendente sobre o bairro do Caruara. Flávia Lima informa que no mês de maio o adolescente Luiz Henrique, do Caruara virá a este CMDCA dar os relatos acerca das necessidades dos adolescentes daquela região. Marly carvalho complementa que houve reunião na qual se traçou linhas gerais do formato para se dar continuidade à Comissão. O documento foi elaborado e enviado para a Câmara de Legislação. A funcionária Taís Aguiar, Chefe da Seção de Políticas para Infância e Juventude lembra aos presentes que a Câmara de Legislação só tem representantes do Governo e precisa recompor e incluir representantes da sociedade civil. Mylena fala sobre o RILA – Prêmio de Liderança Juvenil e que uma das palestras foi sobre corrupção. Lucy Freitas, colaboradora demonstra sua satisfação com a representação da Diretoria Estadual de Ensino na pessoa do professor Paulo Mortari Justo e Solange Alvarez de Alvarenga. Professor Paulo fala que a maioria das escolas estaduais tem grêmios. Informa que

dentro das unidades de ensino do Estado tem a figura do professor mediador que tratava as questões de convívio num primeiro momento mas que hoje ele é o protagonista das ações nas unidades. A Diretoria Regional realiza reuniões periódicas mas quais estão presentes todos os professores, coordenadores dos núcleos pedagógicos e a questão da Justiça Restaurativa é discutida. Apesar do encerramento da discussão da pauta Justiça Restaurativa, a Sra. Solange Alvarenga se manifesta como responsável pelos mediadores na Rede Estadual e fala que o trabalho está sendo realizado. Ela faz o elo entre Prefeitura e Estado e informa que os professores foram no Seminário da Justiça Restaurativa. Tem escolas que contam com mediador que fizeram capacitação em São Paulo pelo Poder Judiciário. Atualmente tem 73 mediadores na região. Tem escolas com adesão ao programa mas não tem o mediador. **Ítem 4- Apresentação sobre “Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários”:** A Sra. Magali Leite de Freitas, Chefe do Departamento de Proteção Social Básica, da Secretaria de Assistência Social e responsável pelos CRAS e Serviços de Convivência informa que conforme tratado em Ago anterior se disponibilizou falar sobre o serviço dentro do contexto do SUAS-Sistema Único de Assistência Social. A apresentação consta como Anexo desta Ata. Esclarece que a proteção básica atua na prevenção (foco na família e intersetorialidade). Dentro deste serviço estão os CRAS- Centro de Referência da Assistência Social que são unidades de referência que ficam nos territórios para ofertar atenção integral às famílias e fortalecimento de vínculos. O PAIF- Programa de Atenção Integral as Famílias é o carro chefe do CRAS. Antes era aberto para a toda comunidade e hoje o foco é atender famílias acompanhadas pelo PAIF, que tem orientação técnica de acolhida inicial e atende famílias em situação de vulnerabilidade. Tem se priorizado atendimentos coletivos pela lógica de empoderamento da família. Quanto tem vulnerabilidade relacional. Atualmente são 7 CRAS sendo 3 na Zona Noroeste, 2 nos Morros e 2 na Zona da Orla e Intermediária. Na área continental e Jardim São Manoel conta com uma equipe volante pois a região da Alemoa tem 5 favelas. Explica que não é mais um serviço para colocar o cidadão numa aula de balé ou violão etc. Hoje para implantar um CRAS precisa ter um diagnóstico sócio territorial em que se comprove que as pessoas daquele núcleo estão em sofrimento e precisa trabalhar a população no PAIF e PAEFI.-Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. O serviço de convivência trabalha com o ciclo etário. Desde 2013 se trabalha com essa articulação, estabelecida nacionalmente. Edmir questiona como as escolas trazem as situações ao PAIF. Rose Mary Carvalho, representante da SEDUC elogia o apoio que os CRAS tem dado as orientadoras educacionais. É questão de cada gestor bater a porta do CRAS e que enquanto SEDUC estão construindo essa ligação e isso independe se a escola é municipal ou estadual. Cabe ao gestor da escola, portanto seu diretor fazer essa interlocução. Magali informa que se verifica no controle social maior índice de infrequência no Estado. Não é o município que tem a evasão. O Sr. Paulo Justo, representante do Estado fala que a infrequência nessa faixa etária ocorre no Estado pois é o mesmo que responde pelo Ensino Médio e isso é uma problemática nacional. Se propõe a trazer o material de todo trabalho que está sendo desenvolvido pelo Estado no controle da infrequência e evasão. Há uma Resolução para a responsabilização do pai pela incidência de faltas, e ações são adotadas pela direção junto aos responsáveis. Tem um estudo de mudança da Matriz curricular do ensino médio para se reverter essa situação. Magali fala que existem famílias do Bolsa Família que não cumprem as condicionalidades e recebem advertência, bloqueio ou suspensão do benefício. Uma das metas é acompanhar essas famílias que não cumprem e suspender do PAIF. No que se refere aos Conselhos Tutelares, houve várias discussões a respeito. A escola, CRAS, UBS precisam estar conversando juntamente pois tem focos bem nítidos de atuação. Magali esclarece que não pode ser perder de vista o que o Sr. Paulo falou sobre a incidência na Juventude. Nenhuma política sozinha vai dar conta do problema. O Sr. Paulo Justo complementa que a evasão no Estado não acontece nas escolas de educação integral PEI – Programa de Educação Integral e cita como exemplo a EE Antonio Ablas Filho e Suetônio Bittencourt e finaliza dizendo que muitos não conhecem o que está acontecendo em Santos. São cinco escolas de Ensino Integral. É uma escola com novo olhar. Magali continua expondo que o público do serviço de convivência são aqueles que tem vulnerabilidade material ou relacional, com características sociais desvalorizadas e aí se reconhece que todas as desproteções acontecem em famílias. Serviço de convivência é um objeto central com processo

e metodologia, pensadas e avaliadas em grupo, com começo, meio e fim e não somente colocar as pessoas numa sala para dar uma aula. É aprender a lidar com a diferença não como desigualdade mas que o outro é diferente contudo não menos do que eu. Existe um fluxo dentro da Política da Assistência Social. Não dá pra ir do PAIF para o acolhimento. Não dá pra pular etapas. No NAI tem algumas situações em que o menino cumpre medidas e é referenciado no território, são situações específicas. Quando o problema é superado sai do PAEFI e fica só no PAIF. Complemente que os CECON – Centros de Convivência podem ser instalados num CRAS ou numa entidade conveniada. Convivência é forma e vínculo é resultado. **Ítem 5 - Apresentação do Relatório Semestral dos Conselhos Tutelares** – O Sr. Ed Carlos, funcionário do DEARTI- Departamento de Articulação faz a apresentação dos dados do SIPIA – Sistema de Informação da Criança e Adolescente, a qual fica anexada a esta ata. Informa que os dados chegavam fragmentados e traz uma proposta de padronização. Definiram dois parâmetros: faixa etária e sexo. Os relatórios dos três conselhos tutelares dão uma leitura do Município. Informa que a apresentação ficará disponível no Portal dos Conselhos. Magali Freitas, representante da SEAS fala que recebe requisições há anos onde fica apontado que tudo é convivência familiar e comunitária e demonstra sua preocupação quanto ao entendimento do conceito. O Sr. Edmir fala da necessidade de aproximar isso entre os conselheiros e a SEAS. Magali fala solicita que seja feita uma divisão por bairros para ver onde ocorre a desproteção. Taís Aguiar esclarece que não se pode esquecer que apesar da quantidade de casos encerrados, há a devolutiva do encaminhamento o que não quer dizer que a promoção da família aconteceu. **Ítem 6 - Aprovação dos Recursos Financeiros para o Evento Destinação Criança** – Luana NG, representante da SESEG- Secretaria de Segurança fala que há muitas pessoas físicas que poderiam fazer destinação e não fazem. A ideia é fazer a mostra de projetos com atividades culturais e artísticas no mês de junho, em local a ser definido pela Câmara de Relações Públicas. Cada organização fará a apresentação dos seus serviços, inclusive as que já foram contempladas com recursos do Fundo em anos anteriores. Paulo Paim, representante do DEARTI enviará convites aos destinadores de anos anteriores. Luana apresenta uma proposta de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para o evento, incluindo despesas de alimentação para as crianças, transporte e divulgação. **Aprovado. Ítem 7 - Indicação de representante para a Comissão de Instância do Controle Social do Bolsa Família** – ficou deliberado que a Sra. Taís Aguiar será a representante na referida Comissão. **Ítem 8 - Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões: CEVISS- Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual Infante Juvenil** – A Sra. Maria Cristina Oliveira, representante da CODESP informa que foi realizado o evento de lançamento da Cartilha o qual foi muito produtivo e com participação de atores da Rede de atendimento. Tem outro evento agendado para 16/05. **Comissão de Monitoramento do Plano Decenal** - A conselheira Monica Travesso Ferreira, representante da SEDUC _ Secretaria de Educação informa que discutiram o Plano Sinase (Medidas Socioeducativas) e o Plano de Convivência Familiar e Comunitária e que na próxima reunião darão continuidade e farão uma apresentação em relação a meta 10. **Ítem 9 - Relatos da Diretoria Executiva** –. Ofício recebido do Ministério Público nº 1212/2016 – MP -PJCS questionando sobre a capacitação permanente dos conselheiros tutelares. Ficou deliberado solicitar dilação de prazo e enviar ao DEARTI para esclarecimentos. Wilson fala sobre a revalidação dos registros e fiscalização dos conselhos tutelares e pretende reunir as entidades para definir o que é programa de atendimento. Edmir traz a proposta para participação de representantes do CMDCA no 26º Congresso Nacional da ABMP- Associação Brasileira de Magistrados e Promotores no qual serão debatidas as mudanças do ECA e a Lei da Primeira Infância – Ficou deliberado a participação de Valéria Galotti e Wilson Bregocchi Jr, enquanto técnicos da Casa de Participação Comunitária, 1 representante de cada base do Conselho Tutelar a ser definido pelos Conselhos; 2 representantes de cada Câmara Setorial (sendo o coordenador e mais um membro de acordo com a assiduidade nas reuniões) e um representante da Diretoria. Na assembleia manifestaram interesse os seguintes membros das câmaras: Planejamento: Ana Lúcia Rezende, Viviane Costa Pinto e Daniel Lemos Agostinho, Financeira: Maria Cristina Oliveira e Paulo Paim de Campos, Legislação: consultar membros da Câmara; Relações Públicas: Luana NG, representante da SESEG- Secretaria de Segurança e Denise Beatriz Neves F. Gonçalves, representante da SECOR- Secretaria de Comunicação e

Resultados . Será enviado e-mail aos demais que não se encontram presentes nesta AGO a fim de definir os representantes das Câmaras que irão ao Congresso. O valor da inscrição é R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por pessoa. Ficou **aprovado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para as despesas de viagem, inscrição, acomodação e alimentação dos participantes. Deliberou-se acerca da abertura de processos para registros das entidades via cpnet, adotando-se assim os critérios da Administração Público estabelecidos no Decreto nº 6140/2012 (Art. 2.º Os requerimentos, memoriais, ofícios e outros documentos que devam constituir matéria de expediente ou que estejam sujeitos à análise de qualquer unidade municipal deverão ser devidamente cadastrados e autuados). Tratou-se ainda da incineração da documentação relativa ao processo eleitoral do Conselho Tutelar dos anos 2009/2012 e 2012/2015 conforme já comunicado ao Ministério Público. Denúncia recebida do Disk Direitos Humanos – protocolo 592785, enviada ao Conselho Tutelar. Quanto ao Projeto da Gota de Leite foi informado que os órgãos e entidades tem até 12 meses após aprovação para dar início aos seus projetos. **Relatos das Câmaras Setoriais: . Câmara Financeira** : Se reuniu dia 16/03 e procedeu a análise das prestações de contas dos projetos. **Relações Públicas** – a reunião ocorreu no dia 18/03 e trataram da proposta de evento similar ao “prêmio empresa amiga da criança” para incentivar pessoas físicas e jurídicas a destinarem recursos ao FMDCA. Propuseram que esse evento seja focado em pessoas físicas, a ser realizado no mês de junho em local a definir. Pretende-se que a programação seja formatada com a participação das entidades e órgãos que tem ou tiveram projetos financiados pelo Conselho. Quanto ao site do CMDCA o representante da SECOR não compareceu à reunião, contudo o Sr. Robson, funcionário do DEARTI tem feito as tratativas com o Sr. Ricardo da SECOR- Secretaria de Comunicação e Resultados a fim de discutir as alterações do site. Será pauta permanente da Câmara a visitação ao site e revisão do conteúdo. **Assuntos Gerais** – A conselheira Rose, representante da SEDUC informa sobre a reunião ocorrida entre os conselheiros tutelares e a Secretária de Educação no dia 07/03. Também houve reunião sobre a Ficaí com orientadores. Hoje está tendo posse dos Grêmios e Dia da Família na Escola. De 27 a 29/04 haverá a Feira de Profissões na Escola. O conselheiro Antonio de Jesus Peres Neto, representante da SEMES – Secretaria de Esportes informa que houve reunião com os conselheiros tutelares no dia 28 de março, estando ausente o Conselho Tutelar do Centro. Ficou decidido, juntamente com a SEAS- Secretaria de Assistência Social, encaminhar os casos para o Daniel Gouveia, Chefe do Departamento de Equipamentos. Quanto ao vale transporte há uma limitação orçamentária e impossibilidade de justificar perante o Tribunal de Contas. Atualmente existe apenas um caso atendido, mediante medida judicial. Participaram da referida reunião além dos já mencionados, as Sra. Ana Beatriz Kitahara, Chefe de Escolas de Esportes e os conselheiros tutelares Elen Miranda e Tatiana de Almeida Branco (CT Zona Leste), Mário Henrique e Gian Carlo Xavier(CT Zona Noroeste). Deliberou-se **oficiar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Secretaria de Saúde** quanto a ausência dos seus representantes. Registre-se a presença no final desta AGO dos seguintes conselheiros: Edmir S. Nascimento, Helenice Fontes Alves, Regina de Oliveira Passos, Ana Lúcia Rezende Sant'Anna, Daniel Lemos Agostinho, Paulo Paim de Campos, Viviane Costa Pinto, Antonio de Jesus Peres Neto, Maria Fernanda Cardoso, Rose Mary M.Carvalho, César Antonio Zangrando, Taís Pereira Aguiar, Maria Cristina D. Oliveira e os técnicos Valéria Galotti e Wilson Bregocchi Jr.Nada mais havendo a tratar o vice presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia às 13h05. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª. secretária lavrei a presente ata.

EDMIR SANTOS NASCIMENTO
Vice Presidente

HELENICE FONTES ALVES
1ª Secretária